

Requerimento de Sessão 241/2026

Protocolo 44074 Envio em 13/08/2026 20:58:00

Requer ao Prefeito Municipal informações e documentos sobre a execução, os resultados e os efeitos das medidas de contenção de despesas adotadas no exercício de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente,requiro, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que encaminhe as seguintes informações e documentos:

1. Cópia integral do decreto de limitação de empenho e movimentação financeira editado em outubro de 2025, incluindo anexos, pareceres técnicos, estudos e demonstrativos que fundamentaram a medida.
2. Qual foi o valor total que a Administração estimou economizar com o decreto e qual foi a economia efetivamente alcançada até 31 de dezembro de 2025, discriminada por secretaria e natureza da despesa?
3. Encaminhar relatório comparativo, por secretaria, entre as despesas empenhadas, liquidadas e pagas nos exercícios de 2024, 2025 e 2026, até a presente data.
4. Informar especificamente qual economia foi obtida com a redução de:
 - o energia elétrica;
 - o combustíveis;
 - o diárias e viagens;
 - o horas extras;
 - o eventos, cursos e treinamentos;
 - o aquisição de materiais;
 - o gratificações;
 - o contratos, convênios e aditivos.
5. Considerando que o decreto previa restrição de novas contratações, aditivos que implicassem aumento de despesas e concessões pecuniárias, informar quais contratações, aditivos, cargos comissionados, funções gratificadas, horas extras e contratações temporárias foram realizados após sua edição, com a respectiva justificativa e impacto financeiro.
6. Informar se houve despesas que cresceram no período de vigência do decreto, apesar da anunciada contenção. Em caso positivo, identificar a despesa, secretaria responsável, valor, motivo do aumento e responsável pela autorização.
7. Qual era a situação financeira do Município na data de edição do decreto, indicando saldo em caixa, restos a pagar, obrigações vencidas, despesas empenhadas sem cobertura financeira e previsão de insuficiência de recursos?
8. Informar se a situação fiscal que motivou o decreto foi superada. Caso positivo, em que data, mediante quais indicadores e por quais providências administrativas?
9. Encaminhar os relatórios do Controle Interno, relatórios de gestão fiscal, demonstrativos de metas fiscais e eventuais alertas ou apontamentos do Tribunal de

Contas relativos ao exercício de 2025.

10. Esclarecer se serviços essenciais foram afetados pelas medidas, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, limpeza pública, iluminação pública e manutenção da frota. Em caso positivo, informar quais medidas foram adotadas para corrigir os prejuízos à população.

JUSTIFICATIVA

Em outubro de 2025, a Administração Municipal anunciou medidas de contenção sob o argumento de restabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro. É indispensável verificar se os cortes anunciados produziram resultado real e, principalmente, se foram aplicados com coerência.

A fiscalização deve identificar se houve economia efetiva, se despesas não essenciais continuaram crescendo durante o período de restrição e se foram respeitadas as próprias limitações anunciadas pelo Executivo. Caso documentos revelem gastos incompatíveis, ausência de planejamento, contratações ou pagamentos sem justificativa adequada, os elementos deverão ser encaminhados aos órgãos de controle competentes.

Palácio Água Grande, data do protocolo.

Júnior Baptista
Vereador

